

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ATA DA 110ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, DIA 29/11/91, SEXTA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS.

Às quinze horas do dia vinte e nove de novembro de mil novecentos e noventa e um, reuniram-se, na sala de reuniões do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, conforme registro de assinaturas no livro de presença, os Conselheiros: Prof. Gilberto Sotto Mayor, em substituição à Consª Elvira Maria Pereira de Mello, representante da Secretaria Nacional da Educação Superior; Prof. Wilton da Silva Mattos, representante da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, Dr. José Maurício Neto, em substituição ao Consº Jayme de Andrade Peconick, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Prof. Adilson Lopes de Oliveira, Emiron Pereira de Souza, representantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, sob a presidência do Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães. Abrindo os trabalhos e feitos os cumprimentos de praxe, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior, que após ressalvas ao Consº Emiron Pereira de Souza, foi refeita e aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente passou ao primeiro item da pauta que versava sobre a posse dos representantes discentes. Como os alunos não haviam chegado, passou-se, então, ao segundo item. Processo 2465/91 - Taxa de Manutenção da Caixa Escolar. Este assunto também ficou para o final da reunião, uma vez que o Sr. Presidente gostaria da participação discente na discussão do assunto. O terceiro item, processo 1844/90 - Prof. Airton Valentim Barban - requer pagamento de Incentivos Funcionais, o Sr. Presidente disse que este processo teve origem em outubro de 1990 e circulou por diversos setores da Casa, tanto que, existem vários despachos intercolutórios de todas as espécies e ordens, algumas negativas e o processo vem ao Conselho Diretor em grau de recurso e então gostaria de designar um relator para estudar o assunto e dar parecer na próxima reunião. O Consº Emiron falou sobre o assunto, dizendo que antes da implantação da isonomia, no plano anterior,

Lei 5.645, nós tínhamos a figura dos incentivos funcionais, do torado, mestrado e especialização e na época da concessão desses incentivos foi baixada pelo MEC a Instrução Normativa nº 02 que estabelecia os critérios para esses incentivos. Com a implantação da isonomia, Decreto 96.664, que tratava do acréscimo ao ven cimento, foi mantida a figura dos 10% que o professor teria se ele fosse detentor do curso de especialização. Porém, esse De creto estabeleceu que somente teria direito ao incentivo de 10% de especialização o professor, portador de certificado de espe- cialização, de no mínimo 360 horas e o aperfeiçoamento, 180 ho ras que corresponde a 5%. Mas não entraram em detalhes com rela- ção àquelas pessoas que tinham curso de licenciatura e que depois fizeram curso de bacharelado. Acontece que faltaram normas dis- ciplinadoras sobre o assunto, porque o que esta Instrução Norma- tiva equipara é que, se alguém é detentor de um curso de licenci- atura e depois faz um outro curso superior na sua área de atua- ção, esse curso superior poderá ser considerado como especializa- ção para efeito de concessão de incentivos. "Então eu acho que este assunto não devesse ter relator e sim que fosse encaminhado ao MEC para esclarecimentos, se esta Instrução Normativa pode ' ser aplicada no caso dos professores na situação de detentores ' de cursos de especialização, que venham depois assumir um outro curso dentro de sua área". O Sr. Presidente explicou que teve ' um contato com o Presidente da CPPD, Prof. Ronaldo Lucídio e o mesmo lhe informara que existe um problema com a extensão da gratificação da especialização para a carreira do magistério su- perior. O MEC publicou uma Portaria regulamentando a questão e nessa Portaria alguns dados estão causando controvérsias na CPPD. Haverá necessidade da regulamentação do assunto, por parte des- te Conselho. Assim sendo, solicitara ao Presidente da CPPD que fizesse uma proposta para podermos analisar o assunto. O Cons^o Wilton Mattos também fez alguns comentários sobre o assunto, di zendo, inclusive, que esta questão, abordada pelo Cons^o Emiron, foi levantada pela ANDES, na reunião da ANDIFES, ontem em Brasília. Disse, também, ser esta Portaria preocupante, pois ela é arbitrária, anulando o efeito retroativo e negando o direito já adquirido. Além do mais, ela entra na autonomia das Instituições, porque cabe a elas estabelecer o que é especialização. Continu- ando, falou, que provavelmente haverá uma ação, por parte dos di

rigentes da ANDIFES, junto ao MEC, mostrando as inconveniências desta Portaria, na forma em que ela foi publicada. Ahamos também que ela deve ser regulamentada para que os cursos de especialização passem a ter o mesmo tratamento que têm os cursos de mestrado e doutorado pela CAPES. O Cons^o Adilson disse que concordava plenamente com o que o Cons^o Emiron disse. "Se este processo for para um relator e nós votamos favorável ao assunto, vamos desencadear uma série de outros processos desta natureza". Terminados os comentários, o Sr. Presidente disse que o assunto merece uma análise apurada por parte deste Conselho e sugeriu os nomes dos Conselheiros Emiron e Adilson para relatá-lo na próxima reunião. O Cons^o Adilson disse que seria prudente que o Sr. Presidente indicasse outro nome, uma vez que ele já tinha um outro processo para relatar na próxima reunião e além do mais estava numa comissão designada pelo Diretor da Escola, sobre uma sindicância de professor do Curso de Eletrotécnica. Assim sendo, o nome do Cons^o Emiron foi aprovado, por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente passou a outra questão da pauta, processo 2465/91 - Taxa de Manutenção da Caixa Escolar. antes de passar o processo ao relator, o Sr. Presidente fez um pequeno comentário sobre o assunto, dizendo que esta taxa é de suma importância para a Instituição, uma vez que a Caixa Escolar é responsável pela manutenção de nossos programas sociais e na época das renovações das matrículas, nós fazemos a correção dessa taxa. A seu pedido, a Diretoria de Administração fez uma análise da evolução dos índices, desde a última resolução que fixou a taxa de manutenção, no semestre passado, e apresentou uma proposta que estava encaminhando ao Conselho Diretor para discussão. Continuando, disse que apesar da ausência do representante discente, ele gostaria de indicá-lo como relator, juntamente com o Cons^o Wilton Mattos. Nomes aprovados, por unanimidade. O Cons^o Adilson disse que gostaria de fazer uma observação quanto a este assunto que servirá como subsídio para o relator. Disse de sua preocupação, em virtude de nós estamos passando por uma série de dificuldades financeiras no país, e a taxa constante do processo de Cr\$ 14.000,00, para ele é pesada. "Se formos fazer um levantamento na Escola, poderemos verificar que a situação de pobreza de nossos alunos é realmente assustadora, miséria total. Eu gos

taria de que os relatores pensassem na possibilidade da redução desta taxa. Isto é apenas uma colocação minha". O Cons^o Gilberto Sotto Mayor disse que em cima da colocação do colega, existe na Casa um Serviço de Assistência ao Estudante que cadastra, anualmente, o nosso alunado, fazendo levantamento sócio-econômico dos mesmos. Dependendo da carência do aluno, a isenção da taxa é total. Para ele a taxa é razoável, uma vez que a mesma, além de ser anual, irá beneficiar aqueles que não podem pagar e servirá de auxílio, como: transporte, alimentação e outras coisas. Então eu achava que se deveria ter muito cuidado em baixar esta taxa, ou mantê-la neste patamar, ao invés de atualizá-la como deve ser, realmente atualizada, achando que estamos fazendo um benefício e no entanto estaremos é prejudicando, uma vez que esse valor é totalmente revertido em prol do aluno. "O importante, na minha opinião, não é zerar a taxa nem diminuí-la e sim incentivar que os alunos procurem a SAE, a fim de ser feito este estudo". O Sr. Presidente disse que o Plenário estava discutindo um assunto que não era para ser discutido nesta reunião, mas gostaria de fazer um esclarecimento ao Cons^o Adilson, que esse valor de Cr\$ 14.000,00 é um valor pago por ano. O CEFET/MG, hoje, tem um perfil na sua população, a nível de 2º grau, de quase 50% de alunos oriundos de escolas públicas e 50% de escolas particulares. "Quero crer que estes alunos oriundos de escolas particulares não teriam dificuldade nenhuma de pagar essa taxa, por ano, considerando que uma escola particular, hoje está na faixa dos cem mil cruzeiros de mensalidade. Ainda mais que esses cursos arrecadados constituem uma forma bastante interessante de suprir uma necessidade de manutenção do aluno carente dentro da Escola, porque, se não fosse ele, nós teríamos uma evasão muito maior que nós temos hoje. Atualmente, nós temos alunos que não podem vir à escola, porque não têm dinheiro nem para a condução e a Caixa Escolar, com esse dinheiro, é que dá o vale transporte para eles. Então, eu acho a sua idéia muito boa, que na escola pública não se deve pagar nada, mas o fato é que se não tivermos mecanismos como este, nós não conseguiremos manter o aluno na Escola. Agora, só a nível de referencial, esse valor proposto para a taxa de 2º grau equivaleria a Cr\$ 28.000,00, no ano que vem, para o 3º grau, este ano, nosso aluno de 3º grau pagou

Handwritten notes and signatures on the left margin, including a large scribble and several illegible signatures.

Handwritten signature at the bottom left.

Handwritten signature at the bottom right.

Cr\$ 12.000,00, enquanto que na Federal o aluno pagou quase
Cr\$ 50.000,00 por ano. O Cons^o Adilson voltou a dizer que a sua
preocupação não era de fazer discurso, porque esse não é o seu
feito, apenas quisera sugerir aos relatores para analisar o fa-
to, no aspecto social. E quanto ao lado educacional da Escola,
ninguém está tirando esse direito, achava que nos temos que che-
gar à conclusão de cobrar uma taxa para aqueles que têm condi-
ções de pagar e tornou a repetir, não que estava fazendo discurs-
so, e sim olhando o lado social. O Cons^o Prof. Wilton achou as
ponderações dos Conselheiros Adilson e Gilberto muito pertinen-
tes quanto à questão social, e prometeu fazer um estudo minucio-
so, para que possamos ter coerência no assunto. O Sr. Presiden-
te solicitou urgência no relato do processo para definição no
próximo semestre. Como já se haviam esgotado todos os assuntos
da pauta e dado o não comparecimento dos representantes discen-
tes, ficou para a próxima reunião a posse dos mesmos. Em segui-
da, o Sr. Presidente passou às suas Comunicações para dizer que
teremos que fazer uma série de reuniões neste mês de dezembro. '
"Talvez tenhamos que ficar reunidos permanentemente todas as sex-
tas-feiras, porque são vários os assuntos que teremos que resol-
ver, para que possamos, a partir de janeiro, ter definições des-
tes assuntos pendentes na Escola". O Cons^o Adilson solicitou '
que essas reuniões permanentes sejam feitas em outros dias da
semana, porque às sextas-feiras ele está em sala de aula e não
gostaria de prejudicar sempre a mesma turma. Continuando, o Sr.
Presidente falou, também, de sua viagem a Araxá, para viabilizar
um processo que vem sendo desenvolvido desde o início do ano, re-
lativo à implantação de mais uma Unidade Descentralizada do '
CEFET/MG. Trata-se da Escola EMINAS, mantida pela Fundação Cul-
tural Educacional de Araxá. É uma escola técnica que mantém cur-
sos de Eletrônica, Mecânica e Mineração, com uma fonte de recur-
sos, por parte das empresas da região. Esta escola, apesar de
particular, é mantida praticamente pela Prefeitura. Já tem os
prédio prontos, com laboratórios, precisando apenas de pequenas
expansões. A Prefeitura de Araxá submeteu ao CEFET/MG uma pro-
posta de transformação dessa Escola numa Unidade Descentraliza-
da. O CEFET/MG deu o seu aval para que a Prefeitura encaminhasse
se ao MEC esse pleito. Houve uma negociação das lideranças poli-

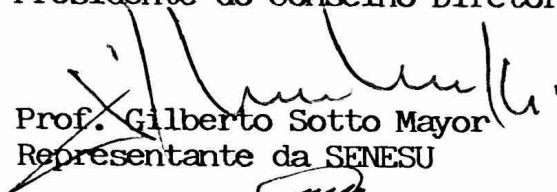
ticas da região com o Ministro da Educação e existe uma sinalização positiva por parte do MEC para que essa Unidade seja efetiva da. "Estamos apenas aguardando uma manifestação explícita, para que, a partir de 1992, essa Escola seja mais uma Unidade Descentralizada do CEFET/MG. A Prefeitura vai assumir o pagamento do quadro do CEFET na região, até que esse quadro seja aprovado, inclusive nos parâmetros salariais da Instituição. Isto faz parte de uma proposta de suprimos o Estado de Minas Gerais de Unidades Descentralizadas. Já temos Leopoldina, na zona da Mata, teríamos uma no Triângulo Mineiro, uma proposta no Sul de Minas e outra, com 50% de caminho andado, no Norte de Minas, em Nanuque. Esta nós estamos recusando discutir, enquanto a Prefeitura mantiver o desejo de implantar os cursos do tipo Informática e Mecânica no Norte de Minas. Encaminhamos para a Prefeitura a nossa proposta para discutir a Unidade Descentralizada em Nanuque, desde que ela admitisse cursos mais adequados à atividade da região, como cursos técnicos de couro, calçados e outros similares desta região. Essa é uma notícia auspiciosa, que para o CEFET/MG representa uma expansão das nossas atividades e o cumprimento da nossa missão que é de levar a Educação Tecnológica a todo o Estado de Minas Gerais. Terminando, gostaria de comunicar aos Conselheiros que, nesta fase de montagem da nova equipe, o Prof. Gilberto Sotó Mayor está assumindo a Diretoria de Ensino, e estou muito à vontade para dizer que ele reúne todas as condições para fazer um bom trabalho. O Prof. Israel Gutemberg será o nosso Chefe do Departamento de Ensino do 2º Grau e o Prof. Luiz Danilo Barbosa Terra, o Chefe da nossa Assessoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ainda estou por definir a Diretoria de Relações Empresariais e a Chefia da Unidade de Ensino Superior. Tão logo eu tenha estas definições, comunicarei aos Senhores". Em seguida, o Sr. Presidente colocou a palavra franca, para quem dela quisesse fazer uso. O primeiro a se manifestar foi o consº Wilton Mattos para falar de sua participação na reunião da ANDIFES, no dia anterior, quando foram tratados assuntos como política salarial para docentes de 1º e 2º Graus e Administrativos, tendo sido apresentada uma proposta, acatada pela SENESU e endossada pelo Ministro, que deve ser encaminhada à SAF. Uma nova reunião seria marcada para a quarta-feira seguinte.

te. O Conselheiro manifestou sua estranheza em não ter recebido nenhuma sugestão das Associações do CEFET/MG. O Sr. Presidente disse de sua angústia no tratamento que está sendo dado aos servidores. No ano de 1992, vai ser, especialmente, difícil. E o que percebia é que estamos comprometendo seriamente a qualidade da Instituição, uma vez que estamos com uma quantidade enorme de aposentadorias. Só entre docentes, neste ano, foram mais de 53, cujas vagas nós não estamos conseguindo repor, devido aos baixos salários. O Cons^o Emiron, disse que gostaria de fazer um pedido ao Presidente, também como Diretor-Geral, diante da defasagem salarial que nós vivemos hoje, das circunstâncias da crise, que seja retomado o estudo do vale-alimentação. Disse achar a única forma que temos para contemplar os nossos servidores com um benefício indireto, ou seja, vale-transporte, vale-refeição, auxílio creche, etc. "Já que não podemos aumentar os salários dos servidores, devemos usar de alguns artifícios para tentar melhorar, ou pelo menos, manter a qualidade do trabalho, que está seriamente comprometida pelos baixos salários". O Sr. Presidente informou ao Conselheiro que na semana passada foi encaminhada à Coordenação de Planejamento uma solicitação de levantamento do vale-refeição e a informação que ele tinha é de que o projeto estava no Departamento de Pessoal para atualização das faixas salariais. O Cons^o Adilson falou de sua preocupação pelo salário, dizendo que estamos saindo da situação de pobreza e entrando na situação de miséria total. Existem professores que não conseguem manter seus filhos em escolas particulares, porque seus salários não dão para custeá-las e nós temos que lutar contra isto, temos que defender nossos salários. Continuando, disse que recebeu uma solicitação do Prof. Antônio Prata para que sugerisse à Direção da Escola a criação de uma Comissão para acompanhamento do Projeto da LDB. O Presidente disse que gostaria de fazer um esclarecimento sobre a solicitação do Professor, que não invalidava em nada o seu pedido e sim só o reforçava, dizendo que o CEFET/MG foi uma das Instituições que mais se envolveu na discussão da LDB, e que esse projeto, que ora está sendo discutido, foi resultado de uma participação muito grande do Prof. Wilton e de comissões internas dentro da Instituição. Enfim, a formulação desta comissão especial viria complementar um trabalho já

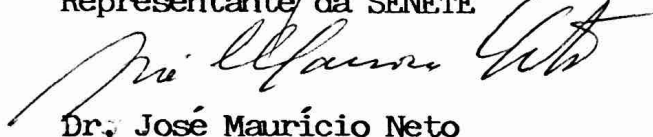
iniciado pelo CEFET/MG. Inclusive, temos cartas e ofícios da Comissão de Educação da Câmara agradecendo a nossa participação na discussão do assunto. O Sr. Presidente solicitou ao Prof. Gilberto Sotto Mayor, Diretor de Ensino, que providenciasse os nomes que devem compor esta Comissão. O Cons^o Gilberto aproveitou a oportunidade para falar do sucateamento das escolas públicas, bem como do orçamento da União. O Cons^o Dr. José Maurício Neto também usou da palavra para dizer de sua preocupação quanto à crise que estamos sofrendo, e dos baixos salários principalmente dos servidores públicos. Falou, também, de sua participação na reunião da FIESP onde a preocupação dos empresários é a mesma de todos aqui presentes: a educação, os baixos salários. Eles acham que o Governo tem de partir para a Educação, Saúde, Transporte e Segurança que são suas obrigações, e que ele está abandonando. Falou, também de sua satisfação em estar participando, novamente deste Conselho, substituindo o Prof. Peconick, representante da FIEMG. O Cons^o Wilton Mattos, disse que só queria dizer que o Sistema Federal de Ensino vive uma crise muito grande e falou de sua preocupação, a nível do Poder Executivo, onde a situação está degradingolada a nível do Poder Legislativo, também e o preocupava seriamente o Poder Judiciário, se auto-atropelando. "Hoje, nós temos um mar de leis, de normas, de resoluções. O Executivo arbitra, o Legislativo modifica e o Judiciário não arruma. As questões trabalhistas que envolvem as IFES são suficientes para quebrar o Governo. E digo mais. No orçamento/92 existem 52 pedidos de emendas e o máximo que nós conseguimos do Senador João Calmon foi um pedido de prioridade para o assunto. Terminadas as comunicações, o Sr. Presidente justificou as ausências dos Conselheiros Jayme de Andrade Peconick, Renato Lúcio Ferreira Pimenta e Elvira Maria Pereira de Mello. Em seguida, o Sr. Presidente fez leitura de um fax recebido do MEC, nos seguintes termos: - "Portaria 2248 de 27/11/91. O Ministro de Estado da Educação, visando à uniformização no encaminhamento dos processos de escolha de Dirigentes das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, recomenda: 1 - Que a elaboração das listas se faça mediante a estrita observância da legislação vigente que regulamenta a matéria. 2. Que seja encaminhada a este Ministério somente a Lista Tríplíce ou Sêxtupla, conforme o caso, elaborada pelo colegiado ao qual se acha legalmente circunscrito o


Processo Eleitoral. Ass. José Goldemberg. Ministro da Educação". Terminada a leitura, o Sr. Presidente disse estar fazendo a divulgação desse fax apenas para conhecimento dos Conselheiros, uma vez que esta Portaria não nos atinge, porque ela é específica para as Escolas Técnicas e Agrotécnicas, uma vez que em seu artigo 1º ela diz sobre legislação vigente que regulamenta a matéria. Essa legislação não dala em eleição, e, logo em seguida a portaria está falando em Processo Eleitoral. "Então, francamente, eu não consegui entender essa Portaria. E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos às 17.45h. Em seguida determinou que eu, Belmira Augusta Martins, Secretária do Conselho Diretor, lavrasse e datasse a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos srs. Conselheiros e por mim, depois de lida e aprovada. Belo Horizonte, 29 de novembro de 1991.



Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães
Presidente do Conselho Diretor



Prof. Gilberto Sotto Mayor
Representante da SENESU


Prof. Wilton da Silva Mattos
Representante da SENETE


Dr. José Maurício Neto
Representante da FIEMG


Prof. Adilson Lopes de Oliveira
Representante do CEFET/MG


Emiron Pereira de Souza
Representante do CEFET/MG


Belmira Augusta Martins
Secretária do Conselho Diretor